



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGALIDADE, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCLJRF

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N.º 01, DE 2025.

PARECER N. 04/2024.

Dispõe sobre a concessão de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a proprietários de imóveis atingidos por enchentes ou inundações no Município de Lavras.

Autoria: Ana Paula de Rezende Arruda (MDB), Alisson Magno Mattioli (PSD), Aristides Silva Filho (PT), Jaqueline Aparecida Fráguas (Republicanos), João Luiz Silva (PSD), José Cherém (PRTB), José Vanil (PL), Luís Carlos dos Santos (DC), Mayron Cardoso (PSD) e Vânia Sales (DC).

Relator:

PARECER AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N.º 01/2025
Voto do relatora Rose Oliveira (PT).

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Legislativo n. 01, de 2025, protocolado em 27/01/2025, de autoria dos vereadores em epígrafe, pretende conceder hipótese de isenção fiscal relativo ao Imposto Predial e Territorial Urbano aos proprietários de imóveis comprovadamente afetados por enchentes e inundações ocorridas no território do Município de Lavras, em relação ao exercício financeiro subsequente ao evento danoso.

Na sua justificativa, os parlamentares aduzem que o Município vem sofrendo constantemente com desastres naturais decorrentes da falta de infraestrutura, o que demanda tutela municipal dos interesses dos cidadãos que residem em áreas de risco.

Recebida, a matéria foi despachada às Comissões de Constituição, Justiça, Legalidade e Redação Final e Orçamento e Tomada de Contas.



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGALIDADE, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCLJRF

Nos termos do art. 66, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras (Res. n.º 68/2011), a CCJ deve se manifestar sobre constitucionalidade e legalidade de todos os projetos em trâmite na Câmara, salvo previsão legal. Nesse sentido, a competência específica da CCJ como Comissão Permanente está disciplinada nos incisos do art. 67 do mesmo RICML.

Desse modo, deve, primeiro, o projeto ser apresentado à presente Comissão, nos termos regimentais (art. 89 c/c art. 195, §1º, *a*, do RICML), devendo exarar parecer conforme estabelece o art. 91, parágrafo único, II, *a*, do RICML.

O regime de tramitação é ordinário.

É o relatório.

II – DOS FUNDAMENTOS

Na forma do art. 150, § 6º, da Constituição da República Federativa do Brasil, qualquer subsídio ou isenção, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente a matéria e o correspondente tributo ou contribuição.

Nesse sentido, compete ao Município instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (art. 156, I, da CRFB), de modo que, uma vez sendo o ente competente para instituição da exação, a ele também compete dispor sobre hipótese de isenção.

Ademais, na forma do art. 21, II, da Lei Orgânica do Município de Lavras, cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Executivo, legislar sobre quaisquer matérias de interesse e competência legal do Município e, especialmente, sobre sistema tributário, isenção, anistia e remissão de dívidas, arrecadação e distribuição de rendas.

Outrossim, o Supremo Tribunal Federal assentou que a criação de hipótese de isenção tributária deve ser versada por via de lei ordinária, enquanto a concessão de imunidade tributária é



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGALIDADE, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCLJRF

matéria reservada à estatutura constitucional (ADI 2.006 MC, rel. Min. Maurício Corrêa, j. 1º/7/1999, P. Dj de 24/09/1999).

Além disso, o STF também já entendeu que inexistente, na disposição constitucional, reserva de iniciativa de matérias de natureza tributária, inclusive as relativas à concessão de renúncia fiscal (Tema n.º 682 da RG).

Cabe salientar, inclusive, que, conforme salientado na justificativa da propositura em apreço, a iniciativa legislativa de concessão de isenção tributária não se submete aos requisitos típicos das leis do ciclo orçamentário, de forma que não há necessidade de exigir estimativa de impacto orçamentário, ou, ainda, de indicação de compensação de receitas (ARE 743480 RG/MG; ADI (TJSP) n.º 2141404-10.2020.8.26.0000).

Por fim, atendendo ao comando do art. 176 do Código Tributário Nacional, o projeto ora em comento fixa o prazo, as condições e os requisitos para concessão de isenção tributária, discriminando, ainda, a espécie tributária a que se aplicará.

III – DA CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Legislativo n.º 01/2025.

Lavras, na data de protocolo.


ROSE OLIVEIRA (PT)
Relator

JOÃO PAULO FELIZARDO
(Republicanos)
Membro

EVANDRO OLIVEIRA MIRANDA (PSD)
Presidente